



Mardeli Maria da Mata¹

EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO ATRAVÉS DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

RESUMO

O Brasil como Estado Democrático de Direito vem estabelecendo a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 políticas públicas de incentivo ao crescimento das pequenas empresas através de medidas que facilitam a formalização e constituição dessas empresas, que, estruturando-se como pessoas jurídicas, aumentam as possibilidades reais de crescimento, ganho de renda e de solidificação no mercado econômico. E através da Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008, que instituiu a figura do microempreendedor individual, percebe-se que o Governo reconhece a importância dos trabalhadores autônomos na economia nacional. Assim, esse texto tem como objetivo analisar o apoio ao microempreendedor individual como fator de efetivação da política pública de incentivo ao empreendedorismo, à economia e, conseqüentemente, ao desenvolvimento nacional. A metodologia de pesquisa utilizada foi a dedutiva, com pesquisa bibliográfica e documental, principalmente em leis federais, a Constituição Federal, bem como autores que tratam do tema.

Palavras-chave: Estado. Incentivo. Microempreendedor.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Direito Público com ênfase em gestão pública. Advogada. Professora no Centro Universitário Mário Palmério.